

LITORAL PAULISTA, NORTE FLUMINENSE, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO

SINDICATOS DISCUTEM PAUTA DAS PLATAFORMAS E REFORÇAM NECESSIDADE DE AÇÕES INDIVIDUAIS PARA GARANTIR DIREITOS

Os sindicatos dos petroleiros do Litoral Paulista, Norte Fluminense, Espírito Santo e Rio de Janeiro estão em articulação conjunta para reforçar as reivindicações específicas dos trabalhadores embarcados nas plataformas. Entre os temas debatidos está a questão do atraso nos voos, a necessidade de a empresa arcar com as passagens dos trabalhadores e a importância da mobilização individual e coletiva para garantir direitos.

Uma das pautas centrais envolve o reconhecimento e pagamento dos dias em que há atraso de voo — situação recorrente nas operações offshore. Os sindicatos acordaram em fortalecer a cobrança para que esses dias sejam devidamente pagos pela em-

presa, seguindo o exemplo de conquistas anteriores, como a vitória do Sindipetro-LP na ação do saldo AF, que forçou a Petrobrás a abrir negociação.

Outro ponto importante que precisa ser difundido entre os trabalhadores é o saldo de banco de horas. Desde a negociação anterior, ficou definido que o saldo poderá ser resgatado semestralmente: em janeiro, de forma automática, e em agosto, mediante solicitação feita no mês de julho. Muitos petroleiros ainda desconhecem essa regra, que está prevista na ETA. Com a proximidade do mês de junho, é fundamental que os trabalhadores fiquem atentos ao prazo e solicitem o resgate dentro do período estabelecido.

Os sindicatos também aler-

tam sobre a estratégia adotada pela Petrobrás de recorrer judicialmente para tentar descaracterizar ações coletivas. A empresa tem apresentado declarações assinadas por gerentes afirmando que determinados problemas não são de interesse coletivo, o que tem levado juízes a encaminhar as causas para o campo individual. Essa manobra fragiliza a representação sindical e obriga os trabalhadores a entrarem com ações individuais, o que demanda maior organização e apoio jurídico.

Nesse sentido, os sindicatos orientam que, nos casos de perda de voo, os trabalhadores guardem todos os e-mails e comprovantes enviados pelas companhias aéreas e entrem em contato com o setor

jurídico das entidades representativas. A formalização de ações individuais fortalece a luta coletiva e cria jurisprudência favorável à categoria.

O objetivo é pressionar a Petrobrás a seguir o mesmo exemplo de empresas privadas como MODEC e SBM, que já garantem o pagamento integral do transporte aos seus trabalhadores embarcados.

Outros temas debatidos pelos sindicatos serão apresentados no próximo Congresso Nacional da categoria e, posteriormente, incluídos nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A unidade entre os sindicatos é essencial para avançar nas conquistas e enfrentar os retrocessos impostos pela gestão da empresa.

PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA DIZEM SIM À PAUTA DE PLR E NPCS

A categoria do Litoral Paulista aprovou, no dia 28 de maio, proposta de ressarcimento da PLR 2024 e a agenda de negociação do novo Plano de Cargos e Salários. A votação envolveu sede (Santos) e subsede (São Sebastião), nos grupos de turno das unidades operacionais de terra e plataformas. Com a proposta aprovada, a Petrobrás se comprometeu a antecipar o pagamento de um abono equivalente a uma remuneração ou, no mínimo, de R\$ 15 mil, dividido em duas parcelas: a primeira em 30/06 e a segunda em 28/08. A empresa também prometeu apresentar, até o final de maio, um calendário de reuniões para tratar do Plano de Cargos

e Salários (PCS), com atividades programadas entre os meses de junho e agosto. A pauta é uma reivindicação histórica da categoria, que há anos exige a valorização profissional e a reestruturação das carreiras com critérios justos e isonômicos. No entanto, a companhia condiciona tanto o pagamento do abono quanto o início das negociações sobre o PCS à aprovação da proposta de teletrabalho, que foi amplamente rejeitada pelos trabalhadores e trabalhadoras do administrativo. Mesmo diante dessa manobra, o Sindipetro-LP e a FNP buscarão formas de negociação para enfrentar o pacote imposto pela Petrobrás. A luta continua!

SINDIPETRO-LP SEDIA CONGRESSO NACIONAL DA FNP, EM SANTOS

A sede do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, em Santos, será palco, entre os dias 5 e 8 de junho, do Congresso Nacional da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Durante quatro dias, cerca de 150 delegados, observadores e convidados participarão de palestras e debates voltados à organização da categoria e à construção da pauta de reivindicações para a campanha salarial.

Participam desta edição representantes dos Sindipetros do Litoral Paulista, São José dos Campos, Rio de Janeiro,

Alagoas e Sergipe e Pará, Amazônia, Maranhão e Amapá. O evento será realizado sob o lema “FNP – 15 anos de independência e luta”.

O Congresso tem como objetivo fortalecer a unidade da categoria petroleira diante dos desafios do ACT e definir as estratégias de mobilização para o próximo período. Os delegados debaterão cláusulas econômicas, sociais e de condições de trabalho que integrarão a pauta reivindicatória a ser apresentada à Petrobrás, Fundação Petros e AMS.

PETROLEIROS **ACUMULAM PREJUÍZOS** COM FALHAS NA LOGÍSTICA DE VOOS DA PETROBRÁS

Os altos lucros da Petrobrás têm beneficiado seus acionistas, mas às custas do sacrifício dos petroleiros embarcados nas plataformas. Devido à insuficiência de aeronaves e a uma logística ineficiente, muitos trabalhadores têm sido obrigados a permanecer mais tempo nas embarcações, sem receber horas extras e sem ressarcimento pelos gastos gerados durante a espera por helicópteros.

A empresa tem falhado sistematicamente no transporte de seus funcionários, tanto no embarque quanto — e principalmente — no desembarque. Muitos petroleiros acabam perdendo as passagens aéreas que compraram com antecedência, por conta própria, para o retorno a suas casas. O prejuízo recai unicamente sobre os trabalhadores.

Além disso, quando ocorrem imprevistos ou a ausência de voos disponíveis, as escalas são alteradas e os trabalhadores precisam continuar atuando para que as plataformas não parem por falta de pessoal. Essa permanência forçada caracteriza um desvio de finalidade: a Petrobrás se aproveita de uma situação emergencial — os atrasos nos voos — para manter os empregados em atividade, gerando lucro para os acionistas e

prejuízo aos petroleiros.

As justificativas para os atrasos e cancelamentos são diversas: mau tempo, manutenção de aeronaves, falta de reposição de peças, entre outras alegações que mascaram o real problema — a quantidade insuficiente de helicópteros para atender à demanda.

A diretoria do Sindipetro-LP está atenta à situação e tem cobrado da empresa, em reuniões com o RH, a regularização dos voos, o ressarcimento dos prejuízos e o pagamento das horas excedentes em que os trabalhadores permanecem à disposição da empresa.

A Petrobrás tem disponibilizado os voos de acordo com uma prioridade definida unilateralmente. Por isso, o sindicato orienta que os trabalhadores denunciem casos de adoecimento mental, dificuldades financeiras ou riscos decorrentes dessa prática. É essencial que se mobilizem, busquem apoio jurídico junto ao sindicato para cobrar judicialmente os prejuízos já sofridos, e lutem por um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que responsabilize a empresa por danos futuros causados por essa conduta.

TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DA PETROBRÁS PARAM EM **DEFESA DO TELETRABALHO**

A greve de 48 horas iniciada no dia 29 e finalizada no dia 30 de maio, no Edisa, em Santos, simboliza um marco de resistência e mobilização dos petroleiros e petroleiras do Litoral Paulista que atuam no regime administrativo. Após rejeitarem a proposta da Petrobrás para o regimento do teletrabalho, a diretoria do Sindipetro-LP ocupou as entradas do prédio administrativo para dialogar com os “fura-greves” e convencê-los a aderir ao movimento, reforçando a unidade em defesa dos direitos da categoria. O ato contou com o apoio essencial de sindicatos parceiros, como os Metalúrgicos e o Sindicato dos Servidores Municipais de Praia Grande, fortalecendo ainda mais a mobilização. Além do Litoral Paulista, a greve também ocorre em bases administrativas no Rio de Janeiro, que concentra o maior número de trabalhadores do regime administrativo.

A mobilização foi marcada por discursos dos trabalhadores da ativa, que destacaram práticas da Petrobrás para enfraquecer a luta coletiva, como divisões internas, além de relatar a necessidade de resistir a punições, retaliações e perdas de gratificações impostas a quem participa das mobilizações. O caso de uma funcionária do Edisa, punida injustamente por sua atuação na luta, foi lembrado como exemplo de resistência: “me-

xeu com uma, mexeu com todas”.

Os trabalhadores e trabalhadoras contratados se mantiveram o tempo todo do lado de fora do prédio, pressionados por suas chefias a tentar entrar no Edisa, mas durante todo o período que a categoria permaneceu no ato, puderam ouvir da diretoria do Sindipetro-LP sobre o andamento de pendências relacionadas a seus contratos, que têm sido debatidas em reuniões com a empresa. Entre os pontos cobrados está a promessa feita pelo ex-presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, de incluir dependentes nos convênios médicos nos novos contratos com as terceirizadas. Além disso, o sindicato busca a unificação da tabela salarial entre a refinaria e o prédio administrativo, bem como a correção das discrepâncias salariais entre funções exercidas por contratados de empresas com o mesmo CNPJ em Cubatão e no Edisa.

A expectativa agora está na resposta da Petrobrás às reivindicações da categoria. Vale ressaltar que a participação da categoria é fundamental para o fortalecimento da greve, portanto, contamos com a presença do máximo de trabalhadores possíveis ao ato. Enquanto isso, a luta continua firme, com ações planejadas para o segundo dia da greve e avaliação constante das atividades.

NÃO FIQUE **SÓ**. FIQUE **SÓCIO!**